

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE COMO DESDOBRAMENTO DA CRFB/1988 E LDB 1996

**MINISTÉRIO PÚBLICO - RJ
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE**

RIO DE JANEIRO – 10 DE MAIO DE 2017

2ª edição do Curso sobre Políticas Públicas de Educação

- **Promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF).**
- **Em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação no Rio de Janeiro (UNCME-RJ),**

Público alvo:

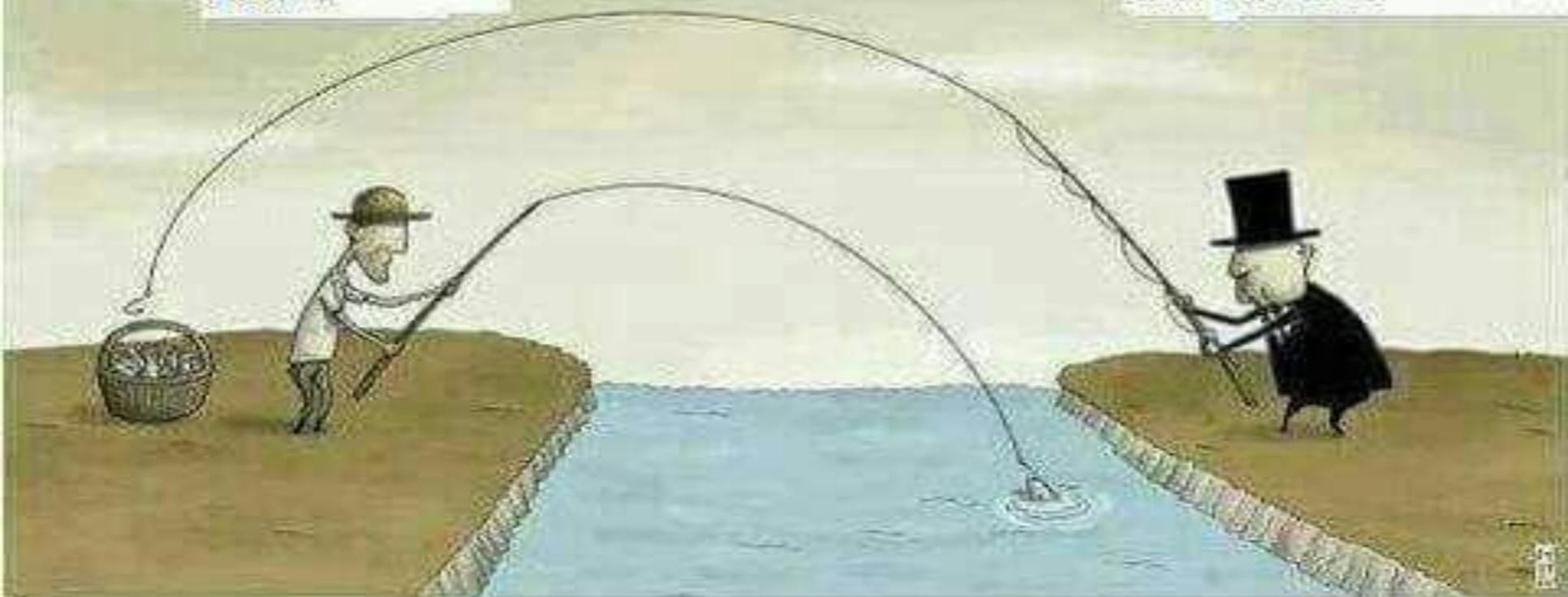
- ✓ **Conselheiros Municipais de Educação**
- ✓ **Equipe Técnica do MPRJ.**



O POVO E O GOVERNO

POVO

GOVERNO



A MELHOR DEFINIÇÃO JÁ FEITA

___ Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui ?

___ Isso depende muito de para onde queres ir _ respondeu o gato.

___ Preocupa-me pouco aonde ir – disse Alice.

___ Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas – replicou o gato.¹

1. Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll.

REFLEXÃO INICIAL

- É extremamente preocupante o momento que a **política educacional brasileira** vem atravessando. São muito sérias as ameaças às *conquistas alcançadas* pelo empenho e luta não só dos setores mais diretamente ligados à educação, mas também de parte amplamente representativa da população **pela educação como direito de todos e dever do Estado e da família**, visando ao pleno e integral desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (Artigo 205 CRFB)

Atividade Legislativa

- Plenário ▾
- Projetos e Matérias
- Comissões
- Consolidações e Estatísticas ▾
- Legislação
- Conselhos e Órgãos

- Diários e Anais
- Portal Multimídia
- RSS
- Dados Abertos

Atividade Legislativa > Legislação > Constituição Federal > Constituição Federal (Texto promulgado em 05/10/1988) > Art. 205

Art. 205

Título VIII
Da Ordem Social

Capítulo III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I
Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O rápido avanço do processo neoliberal de mercantilização e privatização da educação, promovido pelo governo e alguns setores da sociedade, representa um retrocesso histórico, revertendo conquistas alcançadas no campo da educação pública garantida pelo Estado.

DIREITO À EDUCAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal e a garantia do direito à educação.

ELISÂNGELA ALVES DA SILVA SCAFF

Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil

ISABELA RAHAL DE REZENDE PINTO

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

A atuação do Poder Judiciário brasileiro no campo das políticas públicas, especialmente no âmbito dos tribunais superiores, nunca foi tão debatida nos diferentes espaços sociais como nos últimos anos.

Importantes decisões relacionadas a temáticas que envolvem questões usualmente analisadas e determinadas no âmbito dos poderes **Executivo e Legislativo** demonstram um novo papel assumido pelo **Poder Judiciário.**

Especialmente a partir da promulgação da **Constituição Federal de 1988**, o

Poder Judiciário passou a exercer um papel mais ativo e diferenciado com relação

à educação, passando a julgar litígios e requerimentos que buscavam a regulação, concretização e efetividade desse direito. De acordo com Cury e Ferreira (2009,

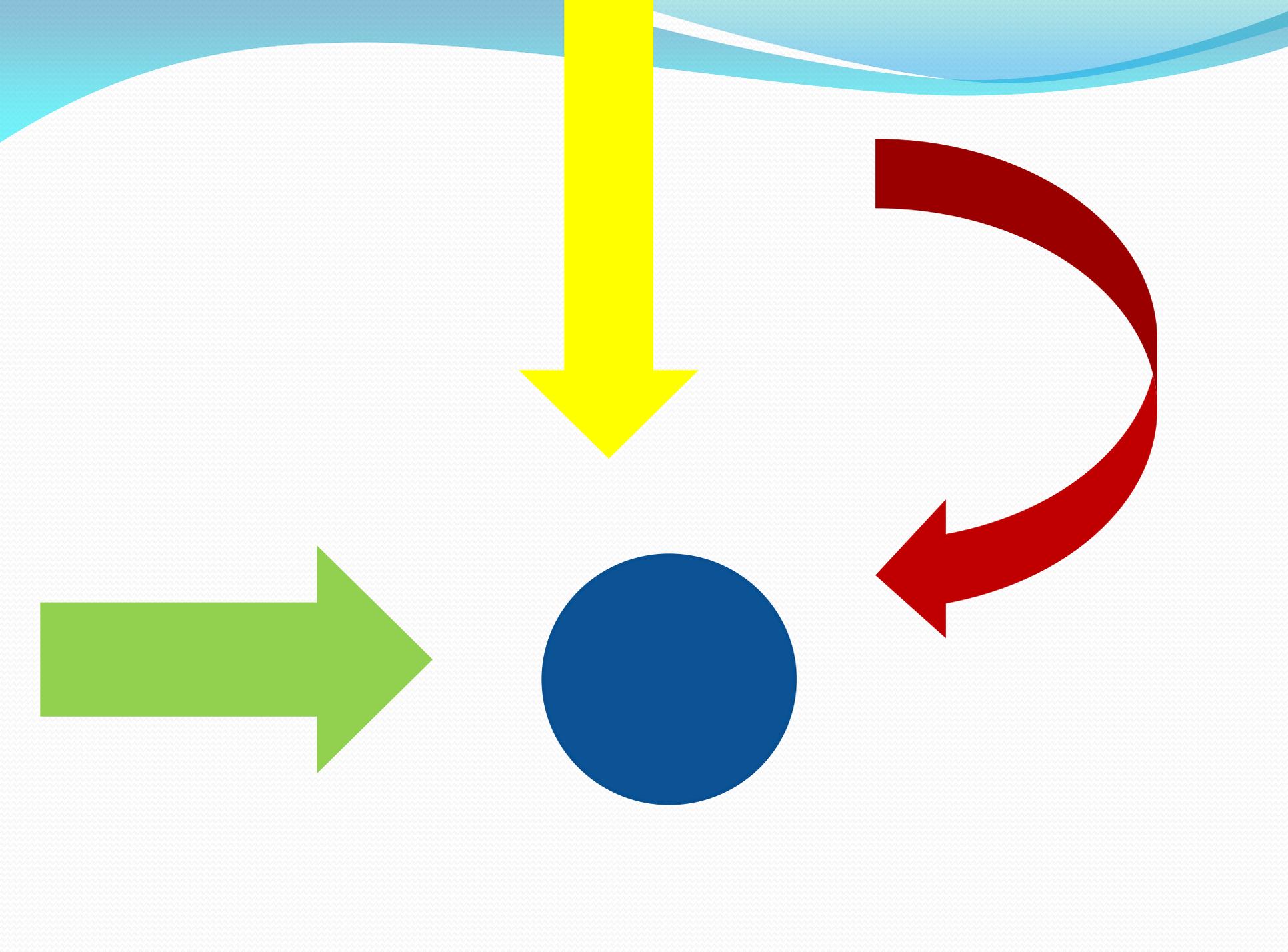
p. 33), *“pode-se designar este fenômeno como a **judicialização da educação**, que significa a intervenção do Poder Judiciário nas questões educacionais em vista da proteção desse direito”*.

A JUDICIALIZAÇÃO indica

- **Fragilidade dos CACs – Conselhos de Acompanhamento e Controle Social. Maioria cartoriais , sob controle do Executivo.**
- **Baixa representatividade do Legislativo para defesa dos interesses da população.**
- **Fragilidades na gestão pública no âmbito do Executivo – POLÍTICAS REGRESSIVAS.**
- **Baixa participação popular .**
- **Frágil Cidadania por conta das lutas por sobrevivência e baixa escolaridade .**
Desconhecimento das leis.

**NOSSA CONVERGÊNCIA
REPUBLICANA**

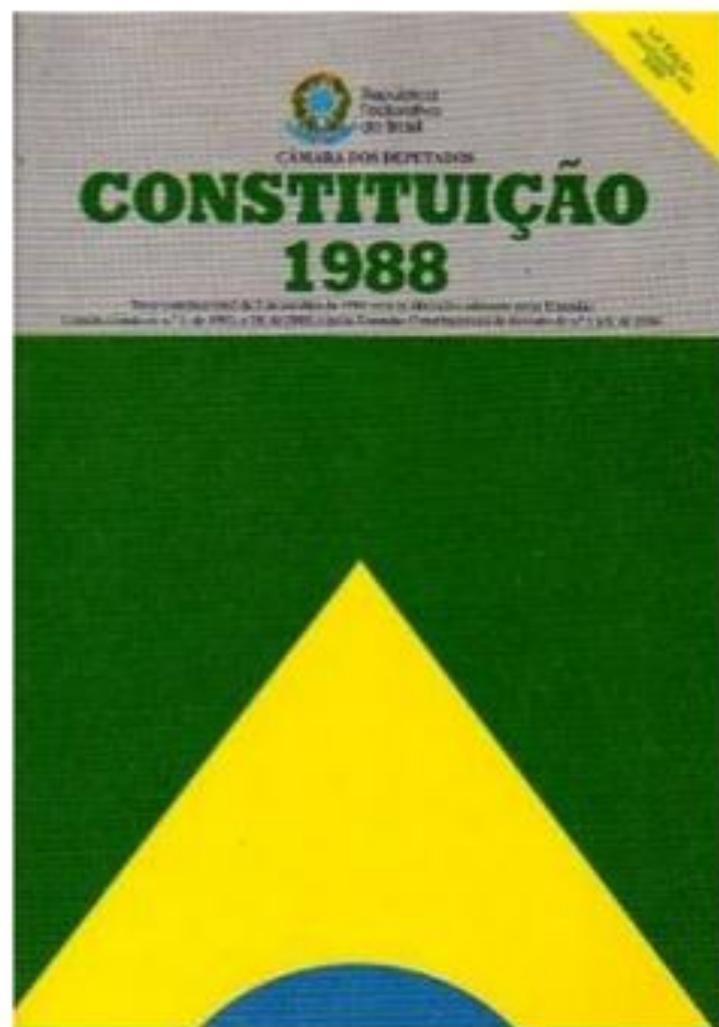
**QUALIDADE
SOCIAL DA
EDUCAÇÃO.**



PLANO DE ESTADO

- PNE – convergência de sonhos, anseios, intenções, expectativas, projeções, alvos, metas,...
- A recente democratização do país permitiu a conclusão de um anseio de décadas.
- Fruto do esforço coletivo para materializar uma vontade nacional de garantir educação de qualidade para todos.
- PNE – garantia de cumprimento da CF.

- Com a Constituição Federal de 1988 ressurgiu a ideia de um Plano Nacional de longo prazo.



O PNE é constituído por 20 metas e por 254 estratégias que estão contidas no Anexo da Lei 13.005/2014

CATEGORIAS	METAS DO PNE
Metas estruturantes para garantia do direito à educação básica com qualidade (acesso, universalização da alfabetização, ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais)	Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11
Metas de equipe – superação das desigualdades e valorização da diversidade	Metas 4 e 8
Metas de qualidade e ampliação do acesso à educação superior e à pós-graduação	Metas 12, 13 e 14
Metas de valorização dos profissionais de educação	Metas 15, 16, 17 e 18
Metas para efetivação da gestão democrática	Meta 19
Meta de ampliação dos investimentos	Meta 20



CONTEXTUALIZANDO



REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL | ONU: 17 PAÍSES PRESSIONAM BRASIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ainda, no total, 10 países pressionaram para que o Brasil invista em políticas de educação, tendo inclusive afirmações que relacionam o descumprimento do PNE com as recentes políticas econômicas regressivas; outros também reforçaram a necessidade de fortalecimento das políticas contra as discriminações de gênero e orientação sexual na

<http://campanha.org.br/direitos-humanos/l-de-educacao/>

Publicado em 5 de maio de 2017

**REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL |
ONU: 17 PAÍSES PRESSIONAM
BRASIL SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO**



MOVIMENTOS SOCIAIS APRESENTAM A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA A RELATORA DA ONU PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO, EM VISITA EXTRAOFICIAL AO PAÍS

Pela voz de estudantes, professores, ativistas e acadêmicos, movimentos sociais apresentam a situação da educação brasileira para a relatora da ONU para o direito à educação em reunião fechada realizada em São

APRENDIZAGEM

A AVALIAÇÃO NACIONAL DA
ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA:
RESPONSABILIZAÇÃO E CONTROLE

Adriana Dickel

Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-
graduação em Educação – Passo Fundo (SP),

Brasil. E-mail: dickel@upf.br

A crescente difusão de dados relativos ao desempenho de jovens

e de crianças, egressos ou ainda inseridos na escola, no que se refere às habilidades básicas nas áreas de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos, todos eles apontando para o que tem sido chamado de ineficácia escolar (...)

FORMAÇÃO DOCENTE

Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos.

ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETTO

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Fundação Carlos Chagas, São Paulo, SP, Brasil

Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 62 jul.-set. 2015

EXPANSÃO DA FORMAÇÃO

A expansão dos cursos de formação docente no país acompanha, em linhas gerais, a expansão das oportunidades educacionais à população. De escolarização tardia, o Brasil logrou universalizar a frequência ao ensino fundamental obrigatório apenas na virada do milênio.

QUALIDADE QUESTIONÁVEL

Embora a certificação em curso superior esteja generalizando-se no país entre todos os docentes, *a melhoria da qualidade da educação básica não se modifica apenas pela nova titulação dos professores*. Há problemas decorrentes das características assumidas pela expansão dos cursos e que também decorrem de sua qualidade (Barretto, 2012).

leitura do texto aprofundará o tema.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR.

Educação Profissional e evasão
escolar em contexto:
motivos e reflexões.

Natália Gomes da Silva Figueiredo

Denise Medeiros Ribeiro Salles

Universidade Federal Fluminense. Niterói,

Rio de Janeiro, Brasil.

Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro,

v.25, n. 95, p. 356-392, abr./jun. 2017

O Dicionário de Indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em uma definição bastante funcional, refere-se a alunos evadidos como *“alunos que estando matriculados na série s no ano m não encontram-se na matrícula da série s ou s +1 no ano m +1”* (BRASIL, 2004, p. 19). Embora precisa e, portanto, facilitadora dos levantamentos, sobretudo quantitativos, relacionados à temática, tal definição parece não abranger, adequadamente, a Educação Profissional, modalidade de ensino não obrigatória, com diversos cursos de organização semestral, como o abordado por este estudo.

É importante ressaltar, em uma análise mais ampla, outros aspectos relacionados às discussões que buscam situar o campo de estudos da evasão. De acordo com Machado e Moreira (2012, p. 2), **estando a evasão relacionada aos fatores que motivam os estudantes a não permanecer nos estudos**, ela se constitui, sobretudo, de uma questão vinculada ao próprio processo de democratização do ensino profissionalizante no país. Outra forma de análise, apontada pelas pesquisadoras, seria **abordar a evasão do ponto de vista da exclusão**. Por ambas as perspectivas, tem se tornado claro que as investigações precisam ser aprofundadas.

PNE E TRABALHO DOCENTE

TRABALHO DOCENTE E O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Álvaro Luiz M. Hypolito.

Pró-reitor de Graduação, Universidade Federal de Pelotas,
Pelotas, MG., Brasil. E-mail

de contato: alvaro.hypolito@gmail.com

Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, set.-dez., 2015

Muitas análises relacionam as políticas educacionais brasileiras à influência de agências internacionais e aos modelos gerenciais de educação implementados em vários países, tais como Estados Unidos e Inglaterra, conforme inúmeras análises disponíveis na literatura.

As sucessivas políticas educacionais brasileiras são, regra geral, uma aplicação em contexto local de políticas globais, muitas vezes descontextualizadas.

Pouco tem-se prestado a atenção nas críticas e nas autocríticas desenvolvidas por muitos pesquisadores e educadores.

Algumas dessas críticas são notáveis e devemos olhar com muita atenção, como as que são apresentadas nos livros de Diane Ravitch (2011; 2013).



Álvaro Luiz M. Hypolito

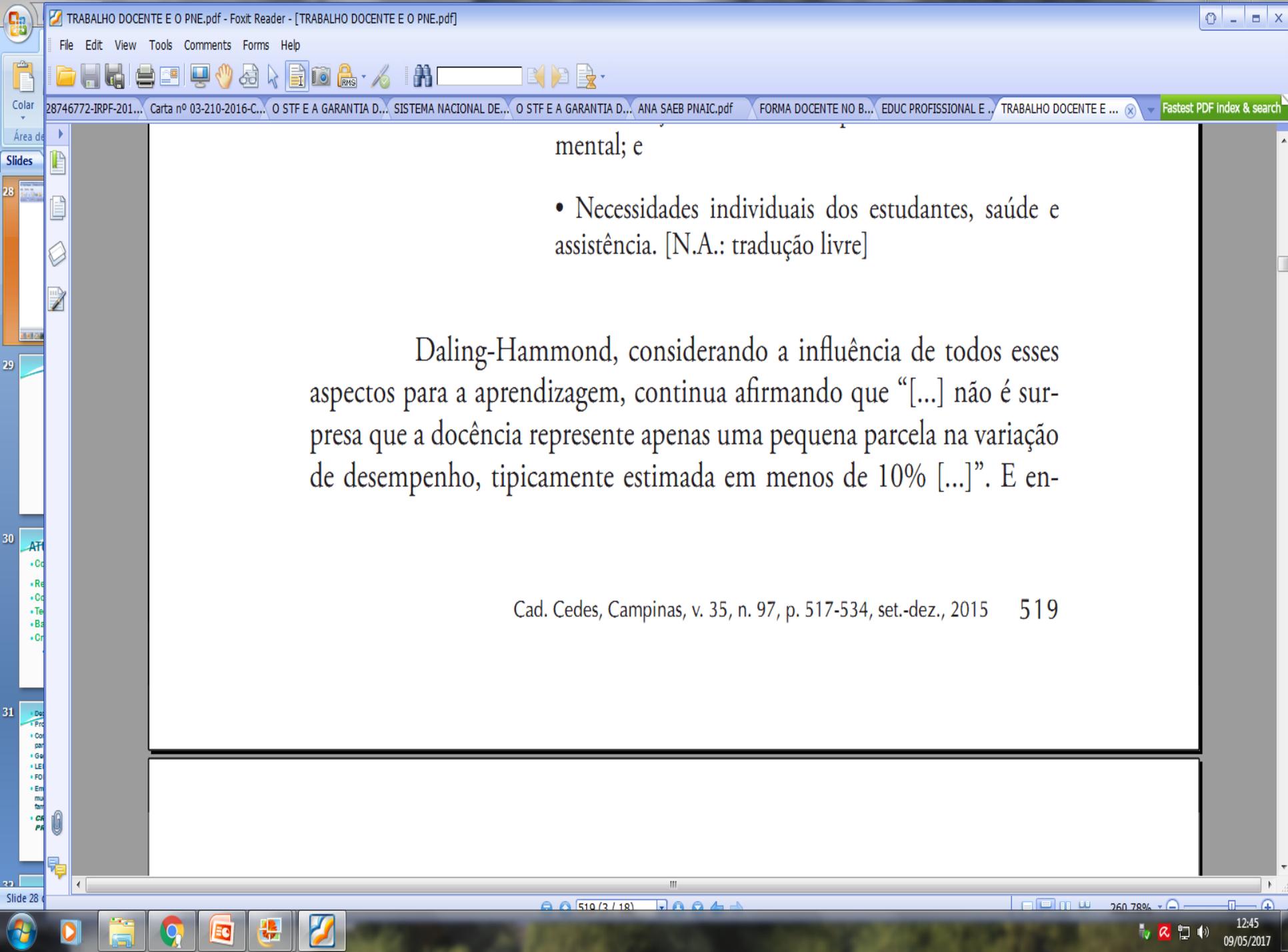
Nesse sentido, utilizo-me da bem conhecida e respeitada pesquisadora Linda Darling-Hammond para demonstrar como argumentos consistentes são desprezados pelos formuladores de políticas que somente enxergam o que desejam: testes e avaliação. Darling-Hammond (2015, p. 133), recentemente, ao discutir os testes e medidas de valor agregado, afirma que:

Há décadas, a partir de pesquisas educacionais, sabemos que muitas coisas são importantes para o desempenho dos estudantes além do trabalho individual do professor, outras coisas importam para este desempenho em vários momentos em determinadas áreas. Uma lista parcial inclui o seguinte:

- Fatores escolares, tais como tamanho das turmas,



- Fatores escolares, tais como tamanho das turmas, escolhas curriculares, tempo de ensino, disponibilidade de especialistas, tutores, livros, computadores, laboratórios científicos, e outros recursos;
- Experiência anterior de escolaridade e docentes, assim como outros aspectos das experiências mais atuais – tais como oportunidades de aprendizagem profissional e planejamento colaborativo;
- Cultura de pares e desempenho;
- Diferencial de ganhos e perdas na aprendizagem de verão (férias);
- Fatores domésticos, tais como capacidade dos pais no auxílio aos trabalhos para casa, segurança com a alimentação e moradia, e apoio ou abuso físico e mental; e
- Necessidades individuais dos estudantes, saúde e



mental; e

- Necessidades individuais dos estudantes, saúde e assistência. [N.A.: tradução livre]

Daling-Hammond, considerando a influência de todos esses aspectos para a aprendizagem, continua afirmando que “[...] não é surpresa que a docência represente apenas uma pequena parcela na variação de desempenho, tipicamente estimada em menos de 10% [...]”. E en-

Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, set.-dez., 2015 519

Slides

28

29

30

31

Slide 28

Windows taskbar icons: Start, Internet Explorer, Google Chrome, etc.

System tray: 12:45, 09/05/2017, network, volume, and other icons.

Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação

cerra seu argumento mostrando que a própria Associação Americana de Estatística (ASA), ao se manifestar sobre o tema, afirma que a influência dos professores na variabilidade de resultados dos testes gira em torno de 1 a 14%, e que classificar os docentes de acordo com os resultados de testes de avaliação pode ter consequências indesejáveis que reduzem a qualidade. (DARLING-HAMMOND, 2015, p. 133)

Utilizo-me desta passagem para mostrar que, ao contrário do que as evidências e as pesquisas demonstram, ao longo de décadas os reformadores e suas políticas educativas têm usado argumentos inadequados para culpabilizar o professorado e sua formação pelo desempenho medíocre da educação brasileira, o que não está, ao contrário do que dizem, baseado em evidências.

É nesse contexto local das políticas educativas que pretendo

SNE E PNE

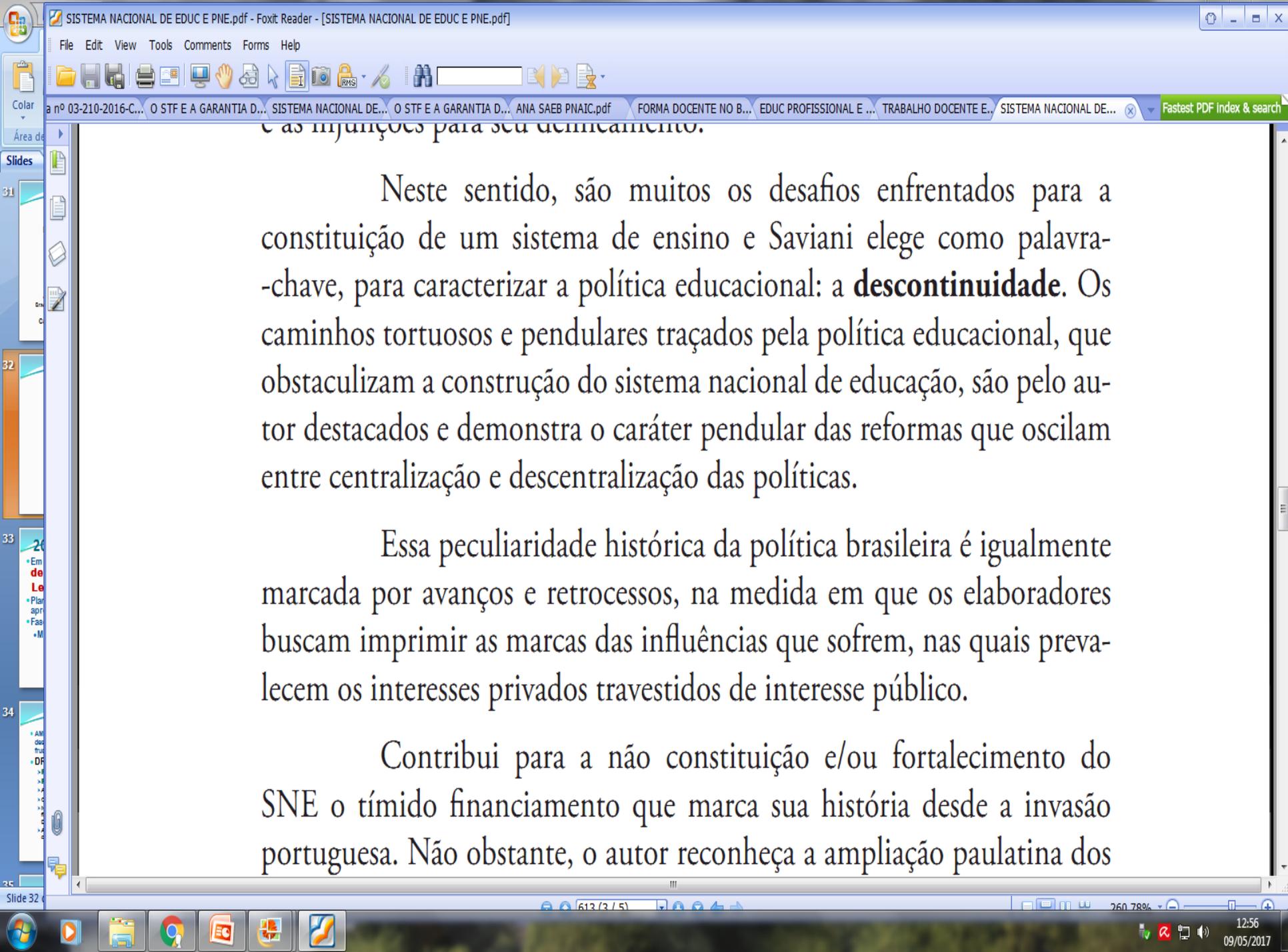
SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: SIGNIFICADO, CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS.

Rosemary Mattos *

Selma Venco **

*** Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo, Estiva Gerbi, SP.,
Brasil. ** Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação
(Unicamp/FE), Campi-nas, SP., Brasil. E-mail de contato:**

Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 611-615, set.-dez., 2015



... as injunções para seu desenvolvimento.

Neste sentido, são muitos os desafios enfrentados para a constituição de um sistema de ensino e Saviani elege como palavra-chave, para caracterizar a política educacional: a **descontinuidade**. Os caminhos tortuosos e pendulares traçados pela política educacional, que obstaculizam a construção do sistema nacional de educação, são pelo autor destacados e demonstra o caráter pendular das reformas que oscilam entre centralização e descentralização das políticas.

Essa peculiaridade histórica da política brasileira é igualmente marcada por avanços e retrocessos, na medida em que os elaboradores buscam imprimir as marcas das influências que sofrem, nas quais prevalecem os interesses privados travestidos de interesse público.

Contribui para a não constituição e/ou fortalecimento do SNE o tímido financiamento que marca sua história desde a invasão portuguesa. Não obstante, o autor reconheça a ampliação paulatina dos

Slide navigation pane showing slide numbers 31, 32, 33, 34 and a list of items on the left.

Windows taskbar with icons for Start, Task View, File Explorer, Chrome, Word, and other applications. System tray shows date 09/05/2017 and time 12:56.

Essa peculiaridade histórica da política brasileira é igualmente marcada por avanços e retrocessos, na medida em que os elaboradores buscam imprimir as marcas das influências que sofrem, nas quais prevalecem os interesses privados travestidos de interesse público.

Contribui para a não constituição e/ou fortalecimento do SNE o tímido financiamento que marca sua história desde a invasão portuguesa. Não obstante, o autor reconheça a ampliação paulatina dos percentuais de arrecadação destinados à educação, estes são considerados, por Saviani, como ainda insuficientes para fazer frente às reais e crescentes demandas a serem enfrentadas, ainda que a Constituição Federal de 1988, art. 60, em suas disposições transitórias, previsse a destinação à educação de ao menos 50% dos impostos da União, Estados e Distrito Federal e Municípios no prazo de 10 anos, com vistas à erradicação do analfabetismo e ao atendimento escolar.

2017 – bases e desafios.

- Em vigência _ **PNE – Plano Nacional de Educação**

Lei Federal 13.005/2014

- Planos Municipais de Educação – aprovados em 2015.
 - Fase de implantação e monitoramento
 - Metas e estratégias para 10 anos
- Eixo de sustentação das políticas públicas:**

FINANCIAMENTO.

O avanço na direção do Sistema Nacional de Educação Básica

1. **1988** – CF : Princípios, Competências e Financiamento
2. **1996** – LDB – 3ª. Versão - Diretrizes e Bases
3. **2001** – Lei 10.172, do Plano Nacional de Educação
4. **FUNDEF** – EC 14 e Lei 9424 de 1996
5. **FUNDEB** – EC 53 e Lei 11.494 de 2007
6. **16 de julho de 2008** - Lei do Piso Salarial Nacional

FINANCIAMENTO

- **AMEAÇAS** aos avanços e ciclo de desenvolvimento da Educação – perspectivas e frustrações.
- **DRU novamente – efeito catastrófico .**
 - **Pec 143 de 2015 Senado**
 - **Pec 087 de 2015 Câmara dos Deputados**
 - **Amplia para 30% o patamar de desvinculação**
 - **Cria a DRU nos Estados e Municípios**
 - **Na contramão das necessidades de ampliação de financiamento dos PMEs (até os 10% do PIB AO FINAL DA DÉCADA)**
 - **Além da frustração do fundo do pré-sal.(???) Petróleo/ cenário mundial. Instabilidade.**

FINANCIAMENTO

- **AMEAÇAS** aos avanços e ciclo de desenvolvimento da Educação – perspectivas e frustrações.
 - FUNDEB criado a partir Lei 11.494/ 2007 no contexto do ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos.
 - 2016 = 4 aos 17 anos.
 - Com a Lei Federal 11.738/2008 – Redução da CH docente e Piso Nacional do Magistério.
 - 100% FUNDEB para folha de pagamento.
 - 0% investimentos (obras, equipamentos, reformas)
 - Distribuição da carga tributária = 57 % União / 25% Estados / 18% Municípios . (% aproximadas)

SISTEMAS MUNICIPAIS

repactuação/ revisão

- Com os PMEs aprovados em 2015 , as Secretarias Municipais estavam definindo planos setoriais / planos estratégicos para cumprimento das METAS .
- **FASE DE REVISÃO. (quase dois anos de vigência !!!!)**
- Estudo para REDEFINIÇÃO DE METAS uma vez que o FINANCIAMENTO estará comprometido .
- **Competência do: FME / CME / CONFERÊNCIA MUNICIPAL – aprovar NOVO PME .**

DESAFIOS DA GESTÃO

- Fazer um completo **DIAGNÓSTICO**;
- Priorizar problemas (rota **ESCOLAR** , mais salas **EI, CRECHE** , etc) . Cobertor curto – não pode **TUDO**;
- Elaborar Plano de ação claro e objetivo;
- Acompanhar e avaliar resultados no âmbito das Secretarias e das Escolas (**Conselhos Escolares fortes**)
- Fortalecer ações intersetoriais;
- Garantir o direito dos **ALUNOS** à aprendizagem

DESAFIOS DA GESTÃO

- Executar Planos de Estado (x Planos de Governo).
 - Tensões no território subnacional
- Criar mecanismos para continuidade de políticas públicas
 - **Transição republicana (Base CF e LDB)**
- Proporcionar formação continuada das Equipes dos órgãos de gestão e de todos os profissionais da educação
- Garantir infraestrutura nas escolas
- Aplicar a Lei Federal 11.738/2008 – Piso Nacional do Magistério e redução da carga horária de efetivo exercício docente. (valorização dos profissionais)

Uma escola adequada para o seu tempo?



inovacaoeducacional.com.br

Massificação
Linha de Produção
Uniforme



Uma escola adequada para o seu tempo?





LIVRES REFERÊNCIAS:

REVISTA BRASILEIRA DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS

RBEP

EDUCAÇÃO &
SOCIEDADE
REVISTA DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

revista brasileira de educação

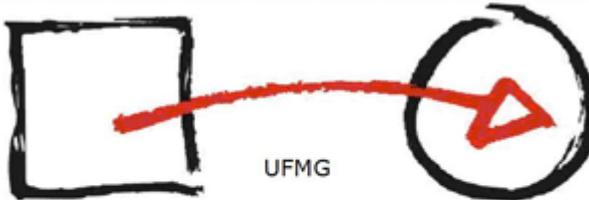
rbe

REVISTA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

Ensaio

Avaliação e Políticas Públicas
em Educação

 Cadernos Cedes
ISSN 0101-3262


UFMG
EDUCAÇÃO EM REVISTA

RBPI
Revista Brasileira de Política Internacional



http://seguro.mprj.mp.br/web/internet/areas-de-atuacao/educacao

Pesquisa personalizada

- CAO Educação Itinerante
- Contatos das Promotorias de Justiça
- Controle Social na Educação
- Eventos de Educação
- Fóruns de Educação
- Gráfico de distribuição das denúncias de educação

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro > Áreas de Atuação > Educação



O Ministério Público Estadual tem relevante papel na fiscalização da qualidade do serviço ofertado pelos sistemas de ensino em todas as etapas da educação básica. As Promotorias de Justiça que atuam nesta área visam garantir o acesso de toda a população a um serviço educacional que proporcione aos estudantes o seu pleno desenvolvimento. Suas atividades vão desde a verificação do atendimento à carga horária letiva legalmente obrigatória até a análise quanto ao cumprimento dos percentuais constitucionalmente definidos como mínimos para o investimento público em educação.



30 anos em defesa da educação pública

Selecione a cor do portal Verde Azul Laranja Vermelho



Prazos prorrogados
FNDE prorroga prazo para envio das prestações de contas do PDDE, da alimentação e transporte escolar

Anterior 1 2 3 4 Próximo Todas as matérias destaque

Notícias

Todas as notícias Todas as categorias

Boletim Em pauta - Edição nº 438 - 09 de Maio de 2017
09/05/2017 Undime
[...]

10ª edição do Prêmio Professores do Brasil é lançada em São Paulo

Eventos

Lançamento do Prêmio Professores do Brasil
São Paulo/ SP - Instituto Singularidades (R. Dep. Lacerda Franco, 88 - Pinheiros)
08/05/2017

Todos os eventos



1 2 3 4

Fórum Nacional de Avaliação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
UFPB no Auditório da Unidade de Educação a Distância- João Pessoa/ PB

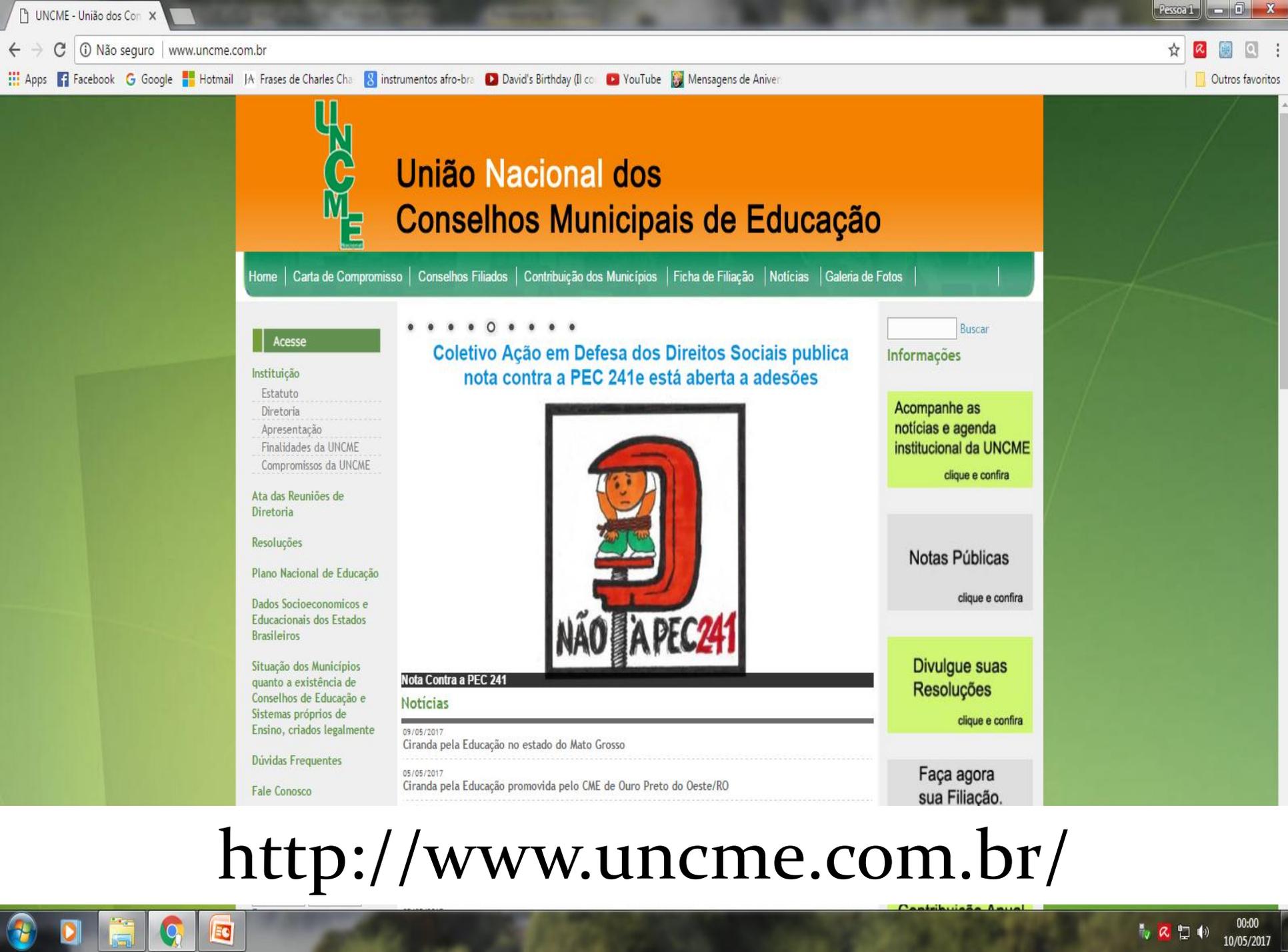


1 2 3 4

https://undime.org.br/

Premio Professores do Brasil - Entidades ligadas a

está disponível! Acesse e saiba quais



<http://www.uncme.com.br/>

**Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!**

Mario Quintana

MUITO OBRIGADO !!!

Professor Evaldo Bittencourt.

evaldoprof.consultor@gmail.com

(22) 99974-0076